

Sonegação é admitida

O senador Mansueto de Lavor foi o primeiro parlamentar envolvido nas fraudes do Orçamento a conseguir explicar a elevação de sua movimentação bancária, embora não tenha apresentado nenhum documento que provasse suas justificativas. "Vendi imóveis e recebi rendimentos de atividade agropecuária", anunciou. Só que, para justificar o aumento de sua movimentação bancária e de seu patrimônio, o senador teve que admitir ter sonegado Imposto de Renda. Ao comprar uma casa em construção em Brasília, o senador declarou apenas 38 mil dólares, mas o valor do imóvel ultrapassava 100 mil dólares. Mansueto responsabilizou o corretor Pedro Costa: "Ele é que tratou da escritura". O relator da Comissão, depu-

tado Roberto Magalhães (PFL-PE), informou que, apesar de seu bom desempenho, Mansueto poderá ser incluído no relatório final se os documentos comprovando por escrito a origem das transações não conferirem com a versão dada verbalmente pelo senador. "Vamos checar tudo", adiantou o coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA).

Mansueto revelou que vendeu um apartamento em Recife, pediu empréstimo no IPC e vendeu título de clube, além de lotes, para justificar o aumento do patrimônio e de sua movimentação bancária em 1992. Mas o deputado informou que a venda do apartamento foi no início do ano e a alta movimentação se revelou de junho a outubro. Pela primeira vez, um parlamentar disse ter mais dinheiro em sua conta do que o que foi encontrado pela CPI. Pelas contas de Mansueto, ele tem 28 mil dólares a mais do que foi encontrado pela CPI.

Mansueto de Lavor também não conseguiu explicar os aumentos exorbitantes nos valores de algumas emendas incluídas em seu relatório, para a construção do Hospital Universitário de Teresina (PI). A bancada do Piauí solicitou 30 milhões de dólares, mas Mansueto aumentou a verba para 4 bilhões de dólares e depois em mais 15 bilhões, até o total de 19 bilhões de dólares. "Ou foi erro técnico ou uma janela orçamentária (abertura de espaço para movimentação de uma rubrica para outra)", respondeu. O senador revelou ainda que, como relator-geral, aumentou todos os recursos das programações dos relatores parciais, "para evitar defasagem inflacionária".

O senador admitiu ter incluído vinte emendas do deputado João Alves em seu relatório por deferência e revelou ter um fichário com os nomes de todos os parlamentares que lhe pediram para incluir emendas.